

A POBREZA URBANA NO PERÍODO ATUAL E A RECONFIGURAÇÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA

Valéria Barreiro POSTALI¹

Cesar Miranda MENDES²

RESUMO

As transformações econômicas ocorridas recentemente no Brasil possibilitaram a expansão do consumo pela população de baixa renda. Neste contexto, os dois circuitos da economia urbana, sobretudo o circuito inferior, tem-se reconfigurado, sendo que tal reconfiguração expressa-se principalmente através de suas dinâmicas e de sua expansão. A esse respeito Baumann (2008) menciona que estaríamos vivendo em uma “sociedade de consumidores”, já Ballesteros e Carreras (2006) são ainda mais categóricos e afirmam que o consumo constitui-se atualmente na perspectiva mais importante a partir da qual se deve entender a diferenciação das classes sociais, postergando a explicação clássica relativa à propriedade dos meios de produção. A expansão do consumo encontra-se diretamente relacionada ao avanço da creditização da sociedade, ou seja, o acesso aos cartões de crédito, débito e de lojas encontra-se em franco crescimento. Entretanto, concomitante a essa expansão do consumo tem-se presenciado o avanço do endividamento e da inadimplência da população. Com base nestas considerações, o presente trabalho realiza uma análise das transformações políticas e econômicas que possibilitaram a expansão do consumo pela população, sobretudo a de baixa renda, bem como nas consequências deste consumo exacerbado. O arcabouço teórico das análises realizadas encontra-se fundamentado em autores que discutem a temática em questão.

Palavras-chave: Pobreza Urbana. Circuito Inferior da Economia. Período Atual

¹ Professora Colaboradora do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM).

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Coordenador do Grupo de Estudos Urbanos (GEUR).

THE URBAN POVERTY IN THE CURRENT PERIOD AND RECONFIGURATION OF LOWER CIRCUIT OF THE ECONOMY

ABSTRACT

The economic transformations that have occurred recently in Brazil allowed the expansion of consumption by low-income population. In this context, the two circuits of the urban economy, particularly the lower circuit, it has been reconfigured, and such reconfiguration is expressed primarily through its dynamics and its expansion. In this regard Baumann (2008) mentions that we would be living in a "consumer society", as Ballesteros and Carreras (2006) and are even more categorical claim that consumption is up now more important from the perspective from which one should understand differentiation of social classes, postponing the classic explanation on the ownership of the means of production. The expansion of consumption is directly related to the advancement of society credit, in other words, access to credit cards, debit and shops is booming. However, concomitant with the expansion of consumption has witnessed the advancement of indebtedness and delinquency population. Based on these considerations, this paper conducts an analysis of the political and economic transformations that enabled the expansion of consumption by the population, especially the poor, as well as the consequences of excessive consumption. The theoretical analysis is performed based on authors who discuss the topic in question.

Keywords: Urban Poverty. Lower Circuit of the Economy. Current period.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, as cidades brasileiras comportam-se como abrigos das crescentes atividades imbricadas ao mundo das técnicas, das ciências e das informações. A integração destas diferentes variáveis manifesta-se particularmente sob o modo de vida urbano contemporâneo através das profundas mutações no mercado de trabalho vinculadas às esferas da produção, da circulação e do consumo. O período atual, denominado por Santos (2006) de período técnico-científico-informacional traduz-se, portanto na crescente aproximação entre ciência, técnica e informação, manifestando-se nas mais distintas formas de sociabilidade e de articulação entre os lugares.

Dissertando sobre o período atual, Oliveira (2011) argumenta que

as maneiras como esse conjunto de variáveis, eventos e processos se combinam nos lugares fazem com que o período atual também se caracterize pela coexistência entre novas e velhas formas de estabelecer a coerência e a subordinação entre os circuitos da economia urbana. Os circuitos se reestruturam, adquirem novas feições, ensejam a realização de novos processos e a perpetuação de outros, dão existência a novas formas e fazem reviver formas consideradas superadas (OLIVEIRA, 2011, p. 15).

Conforme assevera Santos (1978), são nestas mesmas cidades que multiplicam-se as mais variadas formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde as mesmas encontram-se inseridas. Montenegro (2009) considera que, desse modo, as cidades passam a abrigar diferentes divisões do trabalho, divisões estas que coexistem e estabelecem distintas relações com seu meio construído. A coexistência entre estas divisões do trabalho refletem-se, conforme Santos (1978), na criação e manutenção de dois subsistemas econômicos urbanos compreendidos pelo autor como **circuito superior** e **circuito inferior**. Elucida-se, portanto que tais circuitos constituam-se como expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (OLIVEIRA, 2011).

Essa complexa justaposição de divisões territoriais do trabalho conforme destaca Silveira (2011), carece de um atento olhar às contradições, haja vista que atualmente a pobreza parece resultar não apenas da exclusão da modernidade contemporânea, mas, sobretudo da presença desta.

Silveira (2009) assevera que apesar do território brasileiro transformar-se cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior, o território não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior em plena

expansão. Para Montenegro (2006), enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão de obra, o circuito inferior, nas suas mais distintas formas de organização, vem se consolidando como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parcela da população pobre que habita as cidades.

Portanto, a reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do trabalho que nos dias atuais aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver ainda que indiretamente a totalidade do espaço urbano.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Desenvolvida por Milton Santos na década de 1970, a teoria dos dois circuitos da economia urbana constitui-se resultado de reflexões acerca das características da urbanização dos países periféricos sob o contexto de uma nova economia internacional que se desenhava no período pós-guerra.

Entende-se que nos países periféricos as modernizações, em sua maior parte oriundas dos países centrais, impactaram seus territórios de distintas formas e com intensidades diferentes. Novos arranjos instalaram-se entre cidades e nas relações entre cidades e região, estabelecendo-se novas desigualdades sociais e territoriais. Ferreira (1996) aponta que esta condição despertou em Santos o intuito de pensar os países subdesenvolvidos a partir de suas realidades, já que estas apresentam-se completamente diferentes das realidades dos países ricos.

A partir desse novo paradigma concebido por Santos (1979), o urbano ressurge com as contradições resultantes do processo que o alimenta e das interações com as especificidades dos espaços que busca moldar. “Não se trata de dicotomizar a cidade nem de opor o tradicional ao moderno, mas principalmente de considerar os efeitos diferenciados e até perversos da modernização, sem excluir o peso dos processos locais nessa interação” (FERREIRA, 1996, p. 136).

Para McGee (1996), a teoria dos dois circuitos econômicos rompeu com a esterilidade do modelo dualista da estrutura econômica das cidades e reconheceu a realidade dos circuitos de interação de capital, informação, bens e pessoas, já que a concepção dualista enxergava a realidade urbana de forma parcial e fragmentada, privilegiando as formas

modernas de produção e tratando as atividades tradicionais como resíduos que tenderiam a desaparecer.

Atentando-se às desigualdades que existentes entre os países centrais e periféricos em relação às modernizações existentes no território e entre os indivíduos, Santos (1979) afirmou que nos países pobres fortaleceu-se uma divisão de trabalho que, entre outros fenômenos, evidenciou-se nas diferentes formas de produção e de comércio; e foi justamente nas grandes cidades que essa diversidade manifestou-se – e continua a se manifestar – com maior intensidade.

Santos (1979) sustenta que as modernizações são ainda responsáveis pela criação limitada de empregos, principalmente em relação às indústrias de alto coeficiente de capital e tecnologia. Para o autor,

[...] o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes. A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 1979, p. 29).

Este dois circuitos econômicos foi denominado por Santos (1979) de circuito superior e circuito inferior, sendo que ambos são constituídos pela mesma origem e pelo mesmo conjunto de causas, resultando assim das condições históricas das modernizações tecnológicas.

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 1979, p. 29).

De forma simplificada, pode-se entender o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras. O circuito inferior, por sua vez, constitui-se por formas de

fabricação de capital não intensivo, pelos serviços não modernos de varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 1979).

Santos (1979) admite a existência de formas mistas no interior de ambos os circuitos, embora estas não interfiram “[...] em nada a definição dos circuitos, visto que o comportamento de cada uma dessas atividades é em qualquer caso correlativo do conjunto das características de cada circuito” (SANTOS, 1979, p. 32).

Sobre a existência deste circuito superior marginal, Santos (1979) explicou ainda que este

[...] pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente (SANTOS, 1979, p. 80).

Sobre essa complexidade a respeito da própria teoria, Santos (1979, p. 33) assevera que ao se considerar “[...] os aspectos quantitativos e qualitativos entre as diferentes atividades, poder-se-ia considerar que há tantos casos quantas forem as cidades

Com a crescente internacionalização da economia brasileira, uma das características marcantes do período atual³, vem ocorrendo uma ampla transformação na dinâmica dos dois circuitos da economia urbana. Santos (1996) aponta para a chegada do acontecer hierárquico através da presença de agentes de um circuito superior crescentemente internacionalizado implicando na alteração da dinâmica dos atores não hegemônicos nas cidades.

Conforme explica Silveira (2009), os agentes do circuito inferior devem adaptar-se à presença de um circuito superior que lhes impõe uma série de normatizações, além de uma concorrência fortemente desigual que, por sua vez, os obriga ou a terceirizar suas atividades ou a abandoná-las. Para Montenegro (2006), esta condição traduz o crescimento de um circuito inferior forâneo, distante, externo às dinâmicas do lugar e no aumento do desemprego local.

³ Segundo Santos (2006), cada período é portador de um sentido partilhado pela história e pela sociedade. Neste sentido, o período atual pode ser apreendido a partir da expansão do meio técnico-científico-informacional e das transformações empreendidas na divisão territorial do trabalho em suas diversas escalas. Contribuindo com a referente análise, Silveira (2008) afirma que a difusão da informação, a estreita relação entre ciência e técnica, as finanças, a diversificação e intensificação do consumo, as novas formas de competição e cooperação entre as empresas, a complexidade das relações entre empresas/mercado e Estado e o empobrecimento relativo da população constituem-se nas variáveis determinantes do período atual.

Nesse processo, as cidades e regiões são crescentemente “[...] envolvidas num processo de criação de valor pela incorporação de objetos e ações modernos [...] especializam-se em atividades exógenas e tornam-se compartimentos territoriais de um mundo globalizado” (SILVEIRA, 2003, p. 415). No entanto, o número de atividades e de empregos ligados ao circuito superior da economia também diminuem. Não obstante, a população deve encontrar ao mesmo tempo uma atividade e um lugar na cidade, multiplicando-se assim, o circuito inferior da economia, ou seja, tem-se a expansão das pequenas atividades realizadas com capital reduzido.

A multiplicação do circuito inferior resulta, assim, da pobreza que advém do circuito superior; um circuito inferior ligado à parcela técnica da produção do circuito superior tende a se desenvolver; esse movimento resulta na ampliação da distância entre os dois circuitos (SANTOS, 1979).

A reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do universo trabalhista que, nos dias atuais, aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver, ainda que indiretamente, a totalidade do espaço urbano (SILVEIRA, 2003 e MONTENEGRO, 2006).

3 A POBREZA URBANA NO PERÍODO ATUAL E A RECONFIGURAÇÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA

Conforme assevera Santos (1979), os dois circuitos da economia urbana definem-se tanto pelas atividades realizadas em determinados contextos, quanto pelos diferentes estratos da população imbricadas a eles através da realização da produção e do consumo. Segundo Silveira (2009), a recente expansão do consumo no período atual abrange cada vez mais a população pobre, condição esta que tem desencadeado uma reconfiguração das relações entre os circuitos econômicos urbanos. Apesar do consumo aos serviços e bens duráveis vir apresentando considerável expansão conforme mencionou Silveira (2009), admite-se que este consumo apresenta-se profundamente marcado pela desigualdade em relação às formas e condições com a qual a população pobre tem acesso a este.

Arroçando com o pensamento da autora supracitada, Oliveira (2011) discorre que

no Brasil a forte concentração da renda e a difusão limitada do consumo às classes médias são aspectos característicos da modernização incompleta por meio da qual se implantaram no país certos elementos de uma sociedade de consumo de massa nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2011, p. 117).

O processo de globalização intensificado no país nos anos de 1980 constituiu-se no carro-chefe da significativa mudança desencadeada nos padrões de consumo ocorrida em todas as classes sociais. A centralidade do consumo atingiu tal magnitude que Bauman (2008) chegou a declarar que a atual sociedade constitui-se em uma “sociedade de consumidores”. O autor acrescenta que a característica mais proeminente desta “nova” sociedade refere-se na capacidade da mesma em transformar seus sujeitos em produtos consumíveis (BAUMAN, 2008).

Convergindo com as proposições de Bauman (2008), Ballesteros e Carreras (2006) declaram que outrora a grande distinção entre as classes sociais era apreendida através da detenção ou não dos meios de produção, entretanto para os autores a perspectiva de maior relevância atualmente encontra-se atrelada ao consumo, ou seja, a aquisição material revela a classe social na qual pertence determinada pessoa.

Nesse sentido, Maricato (1996) declara que os institutos de pesquisas socioeconômicas também procuraram adaptar-se, pelo menos terminologicamente, em relação à expansão do consumo popular, haja vista que as atuais classificações designadas aos “novos” pobres referem-se às classes C, D e E, sendo as duas últimas referentes à população de mais baixa renda.

Scrié (2011) assevera que embora tenha ocorrido uma ampliação dos níveis de consumo dos serviços e bens duráveis, particularmente entre as camadas mais populares, o endividamento das famílias elevou-se drasticamente. Desta forma, a ampliação do acesso ao consumo tem gerado um forte comprometimento da renda familiar. Para a autora, ainda que a população esteja aparentemente vivendo melhor, tal condição não representa necessariamente uma ascensão social.

Torres, Birchir e Carpim (2006) reforçam a concepção de Scrié (2011) ao afirmarem que nos primeiros anos do século XXI, mais especificamente durante os anos que compreenderam os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), verificou-se um considerável avanço em relação aos indicadores sociais e econômicos brasileiros. Segundo os autores, a ampliação ao acesso da população pobre a determinados bens de consumo, particularmente os duráveis, como telefone, fogão, geladeira, rádio, máquina de lavar, televisão, entre outros, coincide, de certa forma, com o avanço da

creditização da população brasileira. Os autores reuniram dados de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo⁴ com o intuito de confirmarem esta conjectura e concluíram que em algumas regiões metropolitanas brasileiras a aquisição de geladeiras saltou de 69% em 1995 para 88% em 2004, já o acesso às máquinas de lavar roupas aumentou de 8% para 18% neste mesmo período (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006).

Para os autores supracitados, a expansão do consumo entre a população pobre pode ser analisada à luz das transformações econômicas e sociais.

Ao longo dos últimos dez anos, tem se verificado uma significativa mudança nos preços relativos, ainda despercebida para muitos analistas. Por um lado, existe uma queda importante dos preços médios dos alimentos em relação à inflação observada no período, implicando [...] maior acesso a bens não-alimentícios e serviços de diferentes naturezas. Por exemplo, enquanto a inflação medida pelo INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] cresceu 147% [...], os alimentos consumidos no domicílio tinham avançado apenas 92% entre janeiro de 1995 e agosto de 2005. Observa-se também uma significativa queda no preço do vestuário e dos bens duráveis, implicando a possibilidade de domicílios mais bem aparelhados, mesmo sem crescimento da renda. [...] Além disso, está em curso um processo de aumento de participação feminina no mercado de trabalho, implicando mudanças do papel da mulher na tomada de decisão sobre o consumo doméstico, antes fortemente condicionada pelas escolhas do marido (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006, p. 21).

O entendimento da recente expansão do consumo em meio aos estratos inferiores de renda no Brasil pode ser analisado, conforme asseguram os autores acima mencionados, à luz da combinação entre os fatores políticos, sociais e institucionais sob a sociedade atual.

Dentre os aspectos políticos, Torres, Birchir e Carpim (2006) elencam a menor variação na estrutura de preços, situação esta proporcionada pelo controle inflacionário e o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, dentre elas, o Programa Bolsa Família que atualmente abarca uma população de cerca de 12,5 milhões de famílias. Para Rocha (2008), o Programa Bolsa Família representa, inegavelmente, um elemento novo no orçamento de uma importante parcela da população pobre do país e, conseqüentemente, em suas possibilidades de consumo. Os valores distribuídos pelo Governo Federal através do programa variam entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00 mensais, sendo definidos em função da renda familiar mensal per capita e do número de crianças e adolescentes, desde que estes estejam frequentando a escola regularmente.

Neste sentido, Montenegro (2009) assevera que

⁴ Em 2006, ano da realização da pesquisa, o valor do salário mínimo era de R\$ 350,00, portanto a renda per capita mensal na qual o autor refere-se, ou seja, meio salário mínimo, consistia em R\$ 175,00.

o Programa Bolsa Família simboliza uma das principais relações que se estabelecem, no território brasileiro hoje, entre o Estado e o circuito inferior, enquanto o estrato da população que se liga a este circuito pela realização da atividade e pelo consumo (MONTENEGRO, 2009, p. 13).

Relacionando-se aos fatores sociais, Torres, Birchir e Carpim (2006) mencionam a redução do núcleo familiar e a crescente participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Acredita-se que dentre os aspectos sociais, é possível considerar concomitante a estes, a manifestação de uma nova situação demográfica, ou seja, a própria expansão do processo de urbanização brasileira conduziu a uma maior concentração populacional sendo que esta condição expõe a população a uma crescente gama de tipos de consumos catalisados pela força que a publicidade e o crédito assumem nas cidades.

Dentre o amplo conjunto de fatores elencados acima, seguramente aquele de maior impacto em relação ao alargamento do consumo encontra-se no âmbito dos fatores institucionais tendo em vista a expansão do mercado de crédito. Zerrenner (2007) aponta a redução das taxas de inflação como uma das coadjuvantes no processo de expansão da creditização, pois conforme enfatiza a autora, em decorrência da redução dos juros os bancos tiveram que desenvolver outras estratégias a fim de manter e mesmo ampliar seus rendimentos; neste sentido, encontrou-se no mercado de crédito o eixo norteador para a mudança.

Destarte, a partir de meados da década de 1990 assistiu-se a um aumento da oferta de serviços financeiros à população menos abastada, como contas poupança e contas simplificadas. Tal movimento gerou novas formas de concessão de crédito, como prazos de pagamento mais extensos, bem como a estabilização e a redução das taxas de juros quando comparadas aos períodos de elevada inflação. As administradoras de cartão de crédito também ampliaram sua clientela, não apenas em razão do aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. Estas estratégias financeiras, conforme assevera Zerrenner (2007), culminaram na expansão dos empréstimos e, conseqüentemente do consumo.

Na concepção de Ribeiro (2011), foi na primeira década do século XXI que esse processo intensificou-se e passou a contemplar as parcelas mais pobres da população através dos financiamentos concedidos por financeiras ligadas ou não a grandes conglomerados bancários. Na percepção da autora, a criação do plano Real e o controle inflacionário constituíram-se no pano de fundo necessário para que este evento ocorresse. Torres, Birchir e Carpim (2006) consideram que além destes aspectos, a abertura comercial do país possibilitou

o barateamento de determinados bens, que por sua vez, foram consumidos em proporções inéditas em virtude do incremento da renda da população.

Apesar dos inúmeros condicionantes que corroboraram para a expansão do consumo, concluiu-se que os autores são unânimes em considerar que o acesso facilitado aos cartões de crédito, débito e de lojas constitui-se no motivo basilar desencadeante do exposto (figura 01).

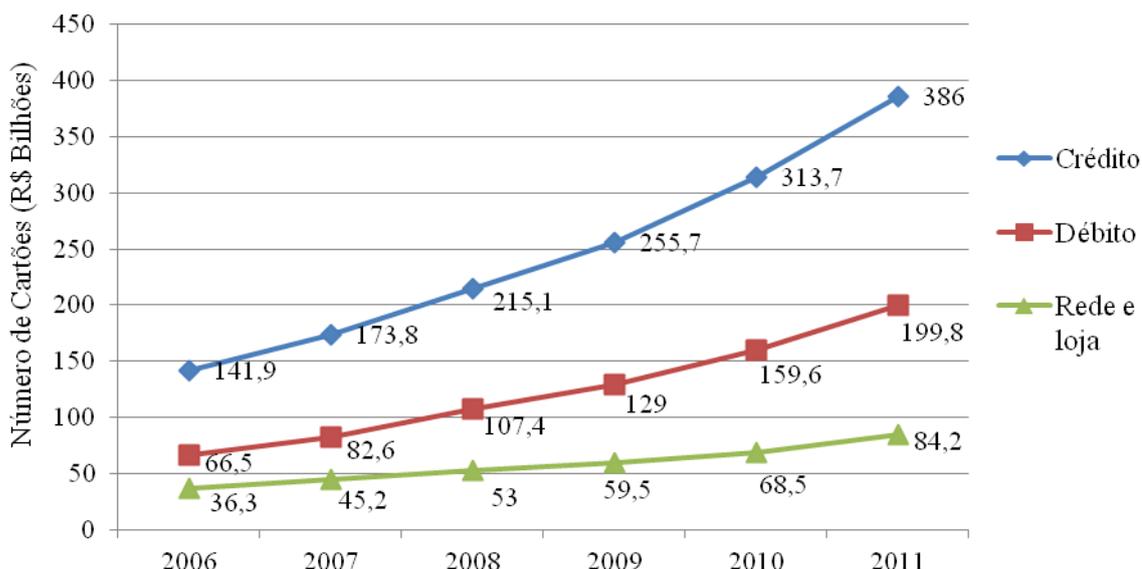


Figura 01 – Evolução do Número de Cartões entre 2006 e 2010 no Brasil

Fonte: ABECS, 2012

Segundo o Banco Central (2012), no período correspondente entre os anos de 1997 e 2007 o volume da concessão de crédito pessoal no país passou de R\$ 50 bilhões para mais de R\$ 222 bilhões. Em relação ao aumento no número de cartões de crédito, débito e de lojas, a ABECS (2012) explicita um dado impressionante, ou seja, entre o período de 2000 e 2010 o número de cartões expandiu-se mais de 520%, passando de 119 milhões para 628 milhões de unidades.

Neste sentido, Silveira (2009) assevera que o processo de creditização da população de baixa renda evidencia que “[...] o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos” (SILVEIRA, 2009, p. 69). Para a autora,

a complexa organização financeira do circuito superior, apoiada nos atuais sistemas técnicos e na propaganda, permite a expansão social e territorial dos seus mercados, evitando capacidades ociosas e invadindo os mercados tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior (SILVEIRA, 2009, p. 65).

Entretanto, a autora conclui que o custo desse crédito apresenta-se extremamente alto, com taxas de juros que oscilam entre 5% e 13% ao mês.

Entra-se numa dívida para sair de outra e, desse modo, não se rompe o círculo vicioso do empobrecimento. Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e endividado (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Infere-se, portanto que está em marcha uma reconfiguração do circuito inferior da economia em decorrência da penetração de novos conteúdos – sejam estes vinculados à produção ou ao consumo – manifestados pela pobreza urbana. Entretanto, convém admoestar que o aumento da demanda pelo crédito desburocratizado é diretamente proporcional à redução da oferta de bens e serviços universais. Segundo Silveira (2009), quanto menos assistidos pelo Estado, maiores e menos satisfeitas revelam-se as necessidades dos pobres, obrigando os mesmos a demandarem mais dinheiro para sobreviver. “Todos esses eventos contribuem para o endividamento, a inadimplência e, frequentemente, a insolvência” (SILVEIRA, 2009, p. 65).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos têm-se observado uma considerável redução dos índices de pobreza somada à expansão do consumo pelas camadas de baixa renda no Brasil. Para Montenegro (2011), as dinâmicas do circuito inferior nas cidades brasileiras estão tornando-se cada vez mais complexas, haja vista a conformação deste cenário paradoxal, na qual a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda combina-se ao aumento da pobreza. Todavia, a ampliação do consumo não eliminou a situação de pobreza no meio urbano.

Como analisado, a expansão exacerbada da oferta de crédito exerce um papel preponderante neste processo, contudo vem igualmente acompanhada do crescente endividamento e inadimplência, traduzindo-se na reconfiguração do circuito inferior da economia.

No período atual observa-se ainda um rearranjo nas dinâmicas dos mercados de trabalho brasileiro. Nas palavras de Montenegro (2011),

[...] ao mesmo passo em que o circuito superior, graças às modernizações técnicas e organizacionais, se torna cada vez mais poupador de mão de obra; o circuito inferior se afirma como o principal provedor de ocupação e renda à população pobre metropolitana. Destarte, o aumento da pobreza e a multiplicação das formas de trabalho deste circuito nas grandes cidades constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país (MONTENEGRO, 2011, p. 246).

Algumas análises referentes à economia urbana exercida pelos atores não hegemônicos consideram que as atividades e serviços vinculados ao circuito inferior definem-se por uma baixa produtividade e ineficiência em razão da reduzida geração de renda. Contudo, McGee (1977) considera que embora esta renda seja realmente mínima em valores per capita ou por unidade de trabalho, o volume total de renda gerado pela economia pobre é gigantesco não apenas em termos monetários, mas, sobretudo em relação ao significado no cotidiano de grande parte da população pobre.

Para Santos (1979, p.246), “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência”.

5 REFERÊNCIAS

ABECS. Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. **Indicadores de mercado dos cartões de crédito, débito e de lojas**. Disponível em:

<<http://www.abecs.org.br>>. Acesso em 23/04/2012.

BALLESTEROS, Aurora García; CARRERAS, Carlos. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. (Orgs). **Tratado de geografía humana**. México: Antrophos Editorial, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**: relatório anual. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/boletim>>. Acesso em 24/10/2011.

BAUMAN, Zygmunt. **La globalización: consecuencias humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Os dois circuitos da economia urbana: um novo paradigma do urbano. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MCGEE, Terence Gary. Geografia e desenvolvimento: crise e renovação. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MCGEE, Terence Gary. The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities. In: ABU-LUGHOD, Janet; HAY, Richard (Orgs.). **Third world urbanization**. New York: Methuen, 1977.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Novos conteúdos da pobreza urbana no Brasil: o circuito inferior no período da globalização. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009, p. 1-12.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do trabalho & circuitos da economia urbana**. Londrina: EDUEL, 2011.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris. Discussões sobre a financeirização da parcela mais pobre da população do município de São Paulo a partir da crítica à teoria dos dois circuitos da economia urbana: um projeto de pesquisa. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XII SIMPURB, 2011, p. 1-20.

ROCHA, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr. 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolito de Oliveira. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 65-78, 2011.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia de. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola; CARPIM, Thais Pavez. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 17-24, 2006.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – USP, São Paulo.